

O lugar da ética na crítica da economia política do jovem Marx

Otto Sanchez-Crespo da Rosa¹

Resumo: O presente artigo visa analisar os *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844* em vista da dimensão ética presente na crítica da economia política. Em linhas gerais, trata-se de compreender em que medida certa concepção da essência humana baliza a crítica. Para tanto, a investigação é dividida em quatro momentos, nas críticas ao “cinismo da economia política”, ao “trabalho alienado”, ao dinheiro e à “moral da economia política”.

Palavra-chave: Jovem Marx – Ética – Filosofia moral – Crítica da economia política – Alienação – Humanismo

The Place of Ethics in Young Marx's Critique of Political Economy

Abstract: This paper aims to analyze the *1844 Economic-Philosophical Manuscripts* in view of the ethical dimension present in the critique of political economy. In general terms, the aim is to understand to what extent a certain conception of the human essence guides the critique. To this end, the investigation is divided into four moments, in the critiques of the “cynicism of political economy”, “alienated labor”, money and the “morality of political economy”.

Keywords: Young Marx – Ethics – Moral philosophy – Critique of political economy – Alienation – Humanism

¹ Mestrando do Departamento de Filosofia FFLCH/USP, sob a orientação do Prof. Dr. Pablo Rubén Mariconda. E-mail: otto.rosa@usp.br

Introdução

Desde a publicação tardia e atribulada de suas primeiras edições – parcial em 1927 e completa em 1932 –, os *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844* se tornaram centrais na discussão sobre as obras de Marx². A comparação da crítica da alienação do trabalho dos *MEF* com a crítica da economia política de *O Capital*, fez surgir, naquele momento, a controvérsia acerca da relação entre os escritos de juventude e os escritos de maturidade do pensador alemão, que veio a se tornar clássica dentro da bibliografia marxista. Discutia-se, sobretudo, o fato de que a teoria da alienação presumiria uma noção de essência humana, levando à questão da permanência implícita desse humanismo em *O Capital*.

Deixando de lado a tarefa da comparação, o presente artigo pretende analisar o aspecto ético presente na crítica da economia política do jovem Marx. Isso significa analisar a pertinência do humanismo nas críticas ao “cinismo da economia política”³, ao “trabalho alienado”⁴, ao dinheiro e à “moral da economia política”.

Sobre a relação entre ética e crítica da economia política nos *MEF*, é possível encontrar três linhas de interpretação na literatura. Em primeiro lugar, aquela que afirma que o humanismo determina por completo a crítica da economia política, o que resultaria em uma crítica moralista da economia política. Em uma transposição da crítica da alienação religiosa feita por Feuerbach, a “essência genérica [*Gattungswesen*] do homem”⁵, tomada como naturalmente comunitária, seria o padrão moral por meio do qual Marx criticaria a economia política, por exprimir uma concepção egoísta e avara da natureza humana, contradizendo tal essência. Sumariamente, é possível atribuir tal posição a autores como Althusser, Giannotti, Mandel e Löwy, na medida em que se pode extraí-la de seus textos⁶.

Em segundo lugar, há a interpretação de que o humanismo não determina completamente a crítica da economia política dos *MEF*. Em várias passagens do texto, Marx reconhecera certa racionalidade no discurso da economia política, pois a avareza e o egoísmo

² É preciso observar algumas das questões editoriais envolvidas no estabelecimento desses manuscritos [doravante referido como *MEF*, citado em português, seguido pelos originais MEGA I/2 e MEW 40]. A princípio, o nome pelo qual os conhecemos esse três cadernos (Ökonomische-philosophische Manuskripte aus dem Jahre 1844) provém de sua publicação em 1932, dirigida por Victor Adoratskii. Ademais, Marx redigiu, paralelamente aos *MEF*, nove cadernos de transcrições e comentários de obras de autores da economia política, filosofia e história, chamados de *Cadernos de Paris* (Pariser Hefte) – dentre os quais encontra-se os *Excertos sobre “Éléments de économie politique” de James Mill* –, publicados por completo em 1981 (vol. IV/2, *Aus den Exzerptheften. Paris, Anfang 1844 – Anfang 1845*). Nesse sentido, as denominações *Manuscritos de 1844* e *Manuscritos de Paris*, encontradas em parte da literatura, não diferenciam os escritos, o que pode levar a uma ambiguidade, ainda que na maioria dos casos essas denominações se refiram aos *MEF*.

³ Sobre a tradução de *Nationalökonomie* por “economia política”. Jesus Ranieri observa (*in* MARX, *MEF*, p. 19) que o termo utilizado por Marx nos *MEF* para se referir ao conjunto dos estudos econômicos de Smith, Malthus, Ricardo, Say e James Mill é *Nationalökonomie* e não *politische Ökonomie*, como fará nos textos posteriores. Contudo, não seguiremos a tradução de *Nationalökonomie* por “economia nacional”, por assumir que a diferença terminológica se deve somente ao contexto: Marx se utilizava de um dos vários termos – tais como *Volkswirtschaftslehre* e *politische Ökonomie* – que, em meados do século XIX, competiam em língua alemã para denotar a mesma disciplina, que conhecemos sob o nome de economia política (cf. Schumpeter, *History of economic analysis*, p. 19).

⁴ Os substantivos “Entfremdung” e “Entäusserung”, utilizados pelo jovem Marx nos *MEF*, são traduzidos em português por “estranhamento” e “alienação”, respectivamente. Contudo, no caso do adjetivo “entfremdete” preferimos manter a tradução mais tradicional, pelo termo “alienado”.

⁵ MARX, *MEF*, p. 84 / I/2, p. 368; 40, p. 515.

⁶ ALTHUSSER, *Por Marx*, pp. 129-130; GIANNOTTI, *Origens da dialética do trabalho*, p. 74, 114; MANDEL, *Formação do pensamento econômico de Karl Marx*, p. 165-166; LÖWY, *A teoria da revolução no jovem Marx*, pp. 122-123.

expressos em seu discurso seriam frutos da própria realidade social. Assim, defendem Fausto e Larraín, o sentido da crítica de Marx seria em grande medida dialético, pois evidenciaria a contradição ou inversão inscrita na própria realidade que seria expressa pelo discurso⁷.

A terceira linha de interpretação é encontrada em autores como Lukács, Ash, Avineri, Mészáros, Sánchez Vásquez, Konder e Leopold, que defendem, como a primeira posição, que a crítica da economia política seria determinada pelo humanismo. Contudo, tratar-se-ia aqui de um humanismo que, longe de ser um ideal abstrato – o que levaria ao moralismo –, seria caracterizado pela historicidade. A relação que os homens estabelecem com o mundo objetivo constitui tanto este último quanto eles próprios; dessa forma, a essência dos homens estaria intrinsecamente ligada à atividade realizada por eles em cada momento histórico. Marx criticaria, a partir disso, a a-historicidade da reflexão da economia política, que fixa o egoísmo dos indivíduos – fruto do momento histórico em que há alienação do trabalho – como inerente à natureza humana em todos os momentos históricos. Surgiria, assim, uma nova abordagem da ética intimamente ligada ao todo da atividade dos homens, ou seja, uma ética condicionada pela práxis social⁸.

No percurso que se segue, pretende-se mostrar que a concepção de essência humana de Marx constitui uma crítica das perspectivas moralistas, ancorando-as no momento histórico em que há o regime da propriedade privada. Todavia, ao mesmo tempo, a concepção de essência humana dos *MEF* insere a economia política num quadro maior do desenvolvimento humano. Assim, o autor critica o moralismo da economia política, o que não o impede, como observa Eagleton, de constituir uma outra espécie de moralismo, ligado ao imperativo do desenvolvimento das capacidades humanas⁹.

O “cinismo da economia política”

Cabe-nos agora, em vista desse percurso, perscrutar a dimensão ética na crítica ao “cinismo da economia política”:

O *cinismo* da economia política não apenas aumenta relativamente ao passar de Smith para Say, para chegar enfim até Ricardo, Mill etc.; na medida em que aos olhos dos últimos as consequências da *indústria* surgem mais desenvolvidas e mais contraditórias, mas também, positivamente, eles vão sempre e com consciência mais longe no estranhamento (*Entfremdung*) contra o homem do que seus predecessores, porém *apenas* porque a sua ciência se desenvolve mais consequente e verdadeiramente¹⁰.

Marx afirma que a economia política a partir de Adam Smith identifica o trabalho como o princípio da riqueza material, e, dado que a riqueza é concebida como propriedade privada, postula esta como um atributo inerente ao homem, aparentando, com isso,

⁷ FAUSTO, “Sobre o jovem Marx”, pp. 12-13; LARRAIN, *Marxism and ideology*, pp. 11-12.

⁸ LUKÁCS, *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*, p. 185; ASH, *Marxism and moral concepts*, p. 106; AVINERI, *The social and political thought of Karl Marx*, pp. 86-88; MÉSZÁROS, *A teoria da alienação em Marx*, p. 152; VÁSQUEZ, *Ética*, p. 36; KONDER, *Em torno de Marx*, p. 22; LEOPOLD, *The young Karl Marx*, pp. 242-244.

⁹ EAGLETON, *Marx and freedom*, p. 19.

¹⁰ MARX, *MEF*, p. 100 / I/2, p. 384; 40, p. 531; trad. modificada, grifos do autor.

reconhecer a autonomia dele como produtor de sua riqueza¹¹. Nesse sentido, ela rompe com o pensamento econômico precedente, dos monetaristas, mercantilistas e fisiocratas, que viam na moeda, no comércio ou no cultivo da terra as únicas fontes da riqueza. Com isso, promove “uma energia cosmopolita” de libertação do indivíduo em relação a todo condicionamento exterior, como a inalienabilidade da terra e as conseqüentes relações de dependência petrificadas que marcavam o período feudal. Esperar-se-ia, em vista desse princípio, que os trabalhadores detivessem a posse de toda riqueza – ou, expressão aqui sinônima, propriedade privada –, já que é produzida por eles. Contudo, não é esse o desenvolvimento mostrado pela própria economia política, pois o próprio Smith assume a existência de uma divisão na composição do valor das mercadorias e da renda entre três componentes – trabalho (salário), capital (lucro) e terra (renda da terra) –, em que apenas o salário é rendimento que se destina ao trabalhador, rendimento este que habitualmente “é, segundo Smith, o mais baixo que é compatível [...] com uma existência animal”¹²; o trabalhador recebe quantidade de dinheiro suficiente apenas para se alimentar até o próximo dia de trabalho, sendo, portanto, completamente dependente da oferta de emprego que lhe apareça. Assim, contrariamente ao que enuncia seu princípio, a economia política descreve relações de dependência que submetem o trabalhador de maneira mais acentuada do que se comparadas com a situação do servo feudal. Tem-se, com isso, uma “contradição aparente” entre o princípio da economia política de Smith e o desenvolvimento de suas categorias.

Mais ainda, com a expansão vertiginosa da produção industrial nas décadas que divisam as obras de Smith e de Ricardo, tal contradição se tornou mais evidente, pois a miséria dos trabalhadores da indústria se tornou ainda maior “em relação inversa à potência (*Macht*) e à grandeza da sua produção”; longe de enriquecê-los, o trabalho mantém os operários em uma situação cada vez mais precária, simultaneamente a uma produção de riqueza cada vez maior, concentrada nas mãos de um número cada vez menor de proprietários industriais¹³. Mesmo assim, as teorias econômicas de Ricardo e de seu contemporâneo James Mill centralizam ainda mais o trabalho como princípio da riqueza, formulando uma teoria em que o valor das mercadorias é totalmente determinado pela “quantidade relativa de trabalho necessária para a sua produção”, sem mais referência à renda da terra na composição do valor, como aparecia em Smith¹⁴. Nessa persistência, mesmo com a contradição mais manifesta, a escola de Ricardo e Mill recai, segundo Marx, em um “cinismo total”.

A crítica marxiana pode parecer, a princípio, moralista, se se interpreta que acusar a economia política de cinismo significa responsabilizá-la por estar “despreocupada” com a contradição entre o princípio de sua teoria e o seu desenvolvimento, a saber, o trabalho ser o princípio da riqueza ao mesmo tempo em que é pobreza para o trabalhador. Contudo, a economia política é tomada “como um produto da *energia* e *movimento* reais da propriedade privada [...], como um produto da *indústria* moderna”, e como o discurso que “acelera, glorifica a energia e o desenvolvimento dessa *indústria*, fazendo dela um poder da *consciência*”¹⁵.

¹¹ Cf. SMITH, 1974, p. 9: “O trabalho anual de uma nação é a base que, originariamente, fornece-lhe tudo o que é necessário e útil a sua sobrevivência, e que consiste, ou no produto imediato desse trabalho, ou no que é obtido de outras nações através dele”.

¹² MARX, *MEF*, p. 24 / I/2, p. 327; 40, p. 471.

¹³ MARX, *MEF*, p. 79 / I/2, p. 363; 40, p. 510.

¹⁴ RICARDO, *Princípios de economia política e tributação*, p. 255.

¹⁵ MARX, *MEF*, p. 99 / I/2, p. 383; 40, p. 530; trad. modificada, grifos do autor.

Dito em outros termos, a economia política é identificada com o discurso da indústria moderna, como sendo o retrato no pensamento daquilo que a indústria moderna pratica na realidade.

Nessa perspectiva, o “cinismo da economia política” expressa uma contradição inscrita na realidade, isto é, a contradição de que a própria realidade que se funda sob o trabalho torna cada vez mais pobre o trabalhador. Assim, o discurso da economia política possui adequação empírica, não sendo passível de ser moralmente culpabilizado pela sua contradição, na medida em que tal contradição expressa a realidade contraditória fundada na propriedade privada tal qual ela se apresenta. Como enfatiza Ruy Fausto, “*a contradição do sujeito (do economista) aparece como verdade porque o real é contraditório: o princípio dilacerado de uma realidade dilacerada é um princípio verdadeiro. E o ‘dilaceramento’ do princípio [...] é a contradição*”¹⁶. Deduz-se deste argumento que o Marx confere racionalidade ao discurso da economia política, mas limitada, pois tal racionalidade reside apenas na identidade entre a contradição da realidade e a contradição do discurso da economia política, que não consegue investigar as causas da contradição.

Todavia, a economia política também não pode ser responsabilizada moralmente por não investigar as raízes da contradição, nem por buscar uma solução para a contradição, posto que significaria ir além do seu propósito enquanto ciência que investiga o processo econômico para descrever como a finalidade da produção, a “soma das poupanças anuais”, é produzida na sociedade atual¹⁷. Ultrapassar esse propósito, antecipando “futuros desenvolvimentos sociais e econômicos”, transformá-la-ia, como observa Mészáros, em “*política utópica (ou filosofia social utópica) disfarçada de economia política*”¹⁸. Nesse sentido, a economia política considera o homem somente na medida em que é um agente econômico, enquanto trabalhador, proprietário de terras ou de capital, não enquanto “homem no seu tempo fora do trabalho (*arbeitslose Zeit*)”, consideração que é relegada “para a justiça criminal, os médicos, a religião, as tabelas estatísticas, a política e o curador da miséria social”¹⁹. É por isso que a continuação da passagem citada no início da seção enfatiza que a economia política de Ricardo e James Mill recai no cinismo total “*apenas porque a sua ciência se desenvolve mais conseqüente e verdadeiramente*”, quer dizer, a contradição nos desenvolvimentos teóricos da ciência econômica faz jus à contradição ter se tornado mais acentuada no processo econômico dado.

Uma questão surge dessa constatação: se os economistas não são moralmente responsáveis por serem inconscientes acerca da contradição que marca seus escritos e a realidade, o que permite a Marx expô-la às claras? A chave encontra-se no fato de que somente “para o homem socialista, toda a assim denominada história mundial nada mais é do que o engendramento do homem mediante o trabalho humano”²⁰. Primeiramente, é preciso analisar a contradição da economia política de um ponto de vista exterior a ela, pois a limitação da perspectiva da economia política não pode ser percebida por ela mesma por sua própria estrutura, como já vimos logo acima. Mas, mais do que isso, trata-se de evidenciar que somente quando a própria contradição da realidade é levada a seu máximo

¹⁶ FAUSTO, “Sobre o jovem Marx”, p. 13, grifos do autor.

¹⁷ MARX, *MEF*, p. 93 / I/2, p. 377; 40, p. 524.

¹⁸ MÉSZÁROS, *A teoria da alienação em Marx*, p. 119.

¹⁹ MARX, *MEF*, p. 30; I/2, p. 333; 40, p. 477; trad. modificada.

²⁰ MARX, *MEF*, p. 114 / I/2, p. 398; 40, p. 546.

escancaramento é que a formulação consciente do problema é passível de ser feita. Somente nesse momento se torna possível uma compreensão mais completa da estrutura da sociedade capitalista e da própria economia política; o “homem socialista”, situado nesse instante histórico, toma consciência da contradição como construção histórica que necessita ser superada, não mais como construção natural e inescapável. Nesse ponto podemos perceber a influência hegeliana, pois tal circunscrição do capitalismo – e da economia política, sua expressão ideal – assemelha-se bastante ao enquadramento da sucessão das “figuras da consciência”, a história da formação do espírito na *Fenomenologia do Espírito*. Depara-se aqui com um aspecto daquilo que Ruy Fausto denomina, em referência a Adorno, de “problema [...] da ‘tradução’ de Hegel”, algo que os *MEF* “realizam em parte”²¹. Marx identifica o desenvolvimento do trabalho como o motor da história, no lugar que a categoria do espírito possui na filosofia hegeliana. Nessa lógica, essa influência não implica em uma identidade com o discurso hegeliano, visto que enquanto para o idealista alemão somente na figura da consciência posterior em sentido estrito que se tornaria possível compreender a figura anterior, para Marx a consciência daquele que teoriza em um momento histórico de acirramento da contradição – pelo menos no caso da contradição no interior do capitalismo industrial – percebe o sentido do desenvolvimento histórico e pode prever, de certa forma, aquilo que deve ser superado no futuro próximo.

Assim, Marx pode entender melhor a estrutura da economia política do que poderiam os próprios economistas. O autor enfatiza como a economia política tende a conceber as categorias da sociedade atual como a forma natural das relações humanas em sociedades complexas, e como isso a impede de oferecer explicações satisfatórias para certos fenômenos, que se tornam compreensíveis somente àquele que analisa a partir do momento de acirramento da contradição, o supracitado “homem socialista”. Tanto a economia política de Smith quanto a de Ricardo tomam a divisão dos rendimentos entre trabalho (salário), capital (lucro) e terra (renda da terra) como dada. Já vimos mais acima que, a partir disso, esses autores não conseguem explicar satisfatoriamente o enunciado de que a propriedade privada provém do trabalho. Somado a isso, a explicação dos economistas sobre a estrutura da relação entre aquelas categorias não é satisfatória. Ao relacionar a categoria do lucro do capital com a categoria do salário, os economistas argumentam que a causa dessa relação é o interesse pelo lucro por parte do capitalistas em concorrência, o que expõe uma “petição de princípio”, pois justamente o que deveria ser explicado é a origem desse interesse por lucro²². É nesse sentido que Marx observa que a economia política “supõe o que deve desenvolver”²³.

Justamente pela incapacidade de encontrar uma explicação razoável, a economia política imputa a causa desse interesse a uma suposta natureza humana: todos os indivíduos seriam naturalmente inclinados à troca, em vista da realização de seu interesse egoísta. Nesse ponto, percebe-se como é a economia política que procede de maneira moralista, pois, na ausência de uma explicação racional, atribui a causa da realidade atual a um comportamento moral. Isso manifesta também como para Marx a derivação da propriedade privada feita pela economia política é baseada “na maioria das vezes [...] no modelo de Locke”, ou seja, como naturalização da propriedade privada²⁴. Deste modo, ela não vai além do teólogo na

²¹ FAUSTO, “Sobre o jovem Marx”, p. 25.

²² MÉSZÁROS, *A teoria da alienação em Marx*, p. 116.

²³ MARX, *MEF*, p. 79 / I/2, p. 363; 40, p. 510.

²⁴ REICHEL, *Sobre a estrutura lógica do conceito de capital em Karl Marx*, p. 37.

investigação das causas da realidade quando “explica a origem do mal pelo pecado original, isto é, supõe como um fato dado e acabado, na forma da história, o que deve explicar”²⁵. Como expressa Lukács: “a necessidade para a ideologia burguesa de conceber o capitalismo como um dado natural e de tratar suas leis, em sua manifestação empírica, como leis eternas – condiciona a incapacidade de explicar o próprio capitalismo”²⁶. Entendido nos termos que nos interessam aqui, o comentário de Lukács ressalta um ponto nevrálgico da argumentação dos *MEF*: a premissa necessária da economia política – tomar a propriedade privada como natural – a impede de compreender seu objeto de análise, o capitalismo, em sua integridade.

De qualquer forma, é preciso reforçar que para Marx os economistas não podem ser culpados por essa naturalização, posto que, se a desnaturalização da propriedade privada só se torna possível fora da perspectiva da ciência econômica, no momento em que a superação da propriedade privada se põe no horizonte histórico, então a acusação de “cinismo da economia política” se mostra como uma constatação retroativa por parte do “homem socialista”. Os elementos que corroboram essa perspectiva são as observações marxianas acerca do progresso das interpretações da economia política sobre a divisão do trabalho. Um arco histórico de quatro diferentes concepções é apresentado pelo autor, em que a essência do fenômeno da divisão do trabalho vai se revelando pouco a pouco. Parte-se da concepção mais ingênua, de Smith, para quem a divisão do trabalho é causa da diversidade dos talentos humanos e originária do impulso natural do homem para a troca com fins egoístas. Por sua vez, mostra-se como os economistas de décadas posteriores aprofundam a interpretação, ao desnaturalizar a divisão do trabalho. Say descobre que a divisão do trabalho restringe os talentos humanos; Skarbek percebe como a divisão do trabalho é uma categoria social, que pressupõe a existência da propriedade privada, e, por fim, James Mill entende a divisão do trabalho como a causa da troca, observando seu papel na indústria moderna: ao mesmo tempo em que é fator de aumento exponencial da produtividade do trabalho humano, transforma-o em uma atividade abstrata, mecânica²⁷.

Desse modo, Marx evidencia, mais uma vez, como o discurso da economia política se identifica com os desdobramentos da realidade capitalista. Dadas as consequências da indústria estarem mais explícitas nos anos 1820, os trabalhos de Skarbek [1829] e James Mill [1821] possuem uma compreensão da divisão do trabalho mais próxima do “homem socialista” do que seus antecessores, ainda que, por estarem dentro do ponto de vista da economia política, entendam essas categorias como irremediáveis em sociedades complexas. Assim, concluímos a análise do “cinismo da economia política”, que, sob a aparência de um julgamento moral, contém a avaliação de uma identidade entre o discurso da economia política e a sociedade marcada pela propriedade privada, ou seja, uma atribuição de certa racionalidade à economia política, ainda que limitada, ao ser incapaz de compreender por completo a estrutura do capitalismo. A crítica ao “cinismo da economia política” aparece, portanto, como uma crítica ao moralismo da economia política.

²⁵ MARX, *MEF*, p. 80 / I/2, p. 364; 40, p. 511.

²⁶ LUKÁCS, *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*, p. 186.

²⁷ MARX, *MEF*, pp. 154-155 / I/2, pp. 432-433; 40, pp. 560-561.

Trabalho alienado

Segundo a análise feita na seção anterior, Marx encontra uma contradição na realidade, para a qual a perspectiva da economia política não consegue prover uma explicação satisfatória, limitando-se apenas a expressá-la, qual seja, a contradição entre o trabalho como princípio da riqueza e a descrição da realidade econômica como aquela em que a remuneração do trabalho (salário) é a menor possível, ou, o que significa o mesmo, a contradição entre o trabalho como causa da propriedade privada e o trabalhador como pessoa desprovida de propriedade. A incapacidade da economia política acarreta inconsistências na explicação da origem histórica e da relação entre as categorias econômicas mais fundamentais da realidade atual, como a divisão do trabalho, a concorrência, a troca, a propriedade privada e a divisão da riqueza em trabalho (salário), capital (lucro) e terra (renda da terra). Isso ocorre pois, como visto mais acima, seu objetivo enquanto ciência é circunscrito à descrição dos elementos envolvidos na produção de riqueza.

A estratégia de Marx nos *MEF* para a superação das limitações da economia política é encontrada, como argumenta Mészáros, na análise da categoria econômica da divisão do trabalho²⁸. Nas obras de autores mais recentes dentro da história da economia política, como Skarbek e James Mill, os efeitos da divisão do trabalho são avaliados no ato da produção, dentro da indústria, como uma categoria estritamente vinculada à existência da propriedade privada e responsável por restringir as capacidades do trabalhador, reduzindo-o a movimentos mecânicos. No entanto, segundo a crítica feita por Marx, a perspectiva desses economistas acerca dessa categoria, embora tenha avançado em relação a de Smith, ainda é limitada, posto que não atenta para os efeitos da divisão do trabalho no todo social.

Em vista dessa constatação, Marx analisa e critica os efeitos prejudiciais da divisão do trabalho na vida do trabalhador, bem como na sociedade, o que é feito mediante a transformação da categoria econômica da divisão do trabalho no conceito filosófico de “trabalho alienado”. Por meio dessa nova conceituação, o autor retrata como a contradição da realidade, expressa pela economia política, é originada no interior da atividade do trabalho, especificamente na relação entre o trabalhador e sua produção, mas cujas consequências se verificam com mais força fora do ambiente do trabalho. A questão da dimensão ética se põe justamente na avaliação do sentido da crítica ao trabalho alienado.

Marx expõe quatro aspectos da alienação do trabalho. O primeiro aspecto é a alienação do ponto de vista da relação do trabalhador com o produto do trabalho. Ela decorre do fato de que, com a existência da divisão do trabalho e, conseqüentemente, da propriedade privada, os produtos do trabalho não pertencem ao trabalhador, o que é agravado no momento histórico em que há um regime desenvolvido da propriedade privada móvel, isto é, do capital²⁹. Neste momento, o produto do trabalho é comercializado, torna-se mercadoria.

²⁸ MÉSZÁROS, *A teoria da alienação em Marx*, pp. 129-134.

²⁹ Nos *MEF*, Marx desenvolve uma teoria da história da propriedade privada. Nela, o autor caracteriza a passagem do período da hegemonia da propriedade de terras – e do proprietário de terras – à sua dissolução como força determinante na sociedade, que marca o nascimento da propriedade privada livre. A estabilidade da posse da terra por meio da linhagem, que conferia a aparência de pessoalidade da propriedade privada no período feudal, é rompida pelo desenvolvimento da indústria moderna, do capital moderno. Com a drástica expansão do comércio, a produção industrial ordena a sociedade a partir da concorrência mundial entre produtos fabris, da compra e venda incessante da terra e pelo trabalho assalariado. Deste modo, o indivíduo deixa de ser determinado por relações sociais pessoais, passando a aparentar não ser determinado por nada

Nesse sentido, a aparente realização máxima do princípio da propriedade privada na sua forma móvel – a independência completa do indivíduo para determinar o destino do objeto que lhe pertença – é, em verdade, negada pela mesma em um nível maior do que na propriedade fundiária feudal, pois agora o indivíduo – seja ele capitalista ou trabalhador –, ao ser submetido à concorrência, tem seu destino completamente determinado por forças impessoais instáveis. No caso do trabalhador, ele recebe um baixo salário, o que o torna cada vez mais dependente de novas jornadas de trabalho para sua subsistência futura³⁰. Nessa situação, em que os objetos produzidos são retirados da posse do trabalhador, Marx identifica uma transferência de qualidades: quanto mais o trabalhador transforma a natureza para a satisfação de suas necessidades, mais ele se desrealiza, empobrece-se, pois as qualidades que ele confere aos objetos no processo de produção lhe são retiradas quando os objetos são destituídos dele. Em vista disso, o trabalhador se torna um sujeito desprovido de qualidades práticas e morais, que sofre de “imbecilidade e cretinismo”³¹.

O segundo aspecto trata da relação alienada do trabalhador com seu próprio trabalho, pois, nas condições modernas, a atividade do trabalhador lhe causa sofrimento, já que tanto a satisfação de carências corporais lhe é negada durante a jornada de trabalho – dada a inexistência de ar puro e a impossibilidade do movimento físico –, quanto a finalidade da própria atividade foge aos seus desígnios, tendo para ele a função única de prover seus meios de subsistência³². Assim, o trabalho significa, para o trabalhador, perda de si mesmo, a tal ponto que “tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste”³³. Em vista dessa situação, as funções animais do indivíduo, tais como beber, comer e procriar, são tornadas fins únicos e exclusivos de sua vida.

Por seu turno, o terceiro aspecto concerne a alienação da essência genérica do homem. A “atividade consciente livre”, forma específica da relação que os homens estabelecem com a natureza que os diferencia dos outros animais, é alienada na medida em que a atividade consciente, enquanto trabalho, torna-se apenas meio para a existência física, animal dos homens³⁴.

Por fim, o quarto aspecto da alienação, imediatamente vinculado aos demais aspectos, é a alienação dos indivíduos em relação aos outros. As relações sociais envolvidas no trabalho são marcadas pelo “domínio”, “jugo” e “violência”, posto que o objeto produzido pelo trabalhador e retirado dele se torna propriedade de outrem, em uma sociedade marcada pela concorrência³⁵. Isso gera não somente uma relação hostil entre trabalhador e proprietário, mas entre os trabalhadores, na medida em que competem por postos de trabalho, condição de sua sobrevivência, e também entre os capitalistas, na medida

exterior a ele, como dotado de completa autonomia (MARX, *MEF*, p. 75 / I/2, p. 360; 40, p. 507). No entanto, contrariamente à aparência de maior independência, o indivíduo se torna cada vez mais determinado, sujeitado a uma dominação impessoal, objetiva que foge ao seu controle. Assim, desenvolvido o comércio generalizado de todas as coisas (inclusive da terra), a propriedade da terra ganha a aparência do que realmente é enquanto propriedade privada: mera riqueza como qualquer outro tipo de propriedade privada, objeto de exploração impessoal, desprovido de determinantes sociais.

³⁰ É preciso observar que aqui Marx não aceita uma teoria do preço justo: mesmo se o trabalhador recebesse um salário alto, o trabalho continuaria sendo entendido como um objeto trocável, como mercadoria, ou seja, como algo independente da relação com seu produtor.

³¹ MARX, *MEF*, p. 82 / I/2, p. 366; 40, p. 513.

³² MARX, *MEF*, p. 140 / I/2, p. 420; 40, p. 548.

³³ MARX, *MEF*, p. 83 / I/2, p. 367; 40, p. 514.

³⁴ MARX, *MEF*, p. 84; I/2, p. 368; 40, p. 515.

³⁵ MARX, *MEF*, p. 87; I/2, p. 372; 40, p. 519.

em que competem entre si na busca do lucro. Mais, o trabalho tem um significado oposto para trabalhador e proprietário: enquanto representa sofrimento para o primeiro, para o segundo representa “fruição”.

Em vista de todos esses aspectos, a dimensão ética da crítica à alienação do trabalho aparece de duas formas. Por um lado, Marx concebe a alienação do trabalho como uma questão objetiva, fundada na produção, que é causa da pobreza subjetiva na vida do trabalhador como um todo. Isso demonstraria uma crítica moral que não incide necessariamente no moralismo, uma vez que a crítica não pressuporia um imperativo moral dirigido aos capitalistas como individualmente responsáveis pela situação da alienação. Ao mesmo tempo, delineia-se uma concepção de natureza humana, na qual se entende que o mundo objetivo com o qual o ser humano se relaciona é parte de sua própria natureza, e que, por isso, a relação estabelecida com ela funda seu comportamento moral e psíquico. A cisão dessa relação – a alienação propriamente dita, provocada pela existência da propriedade privada –, marca a separação entre os homens e suas qualidades morais, os homens e a natureza e os homens entre si. A dimensão ética da crítica reivindica a superação (*Aufhebung*) da alienação do trabalho – que não pode ser satisfeita a não ser pela superação prática da propriedade privada – como condição necessária para que a atividade consciente realizada pelos homens venha a se tornar um fim em si mesmo. Mais ainda, essa superação se funda sobre o desenvolvimento histórico alienado das “forças essenciais humanas”; trata-se, portanto, de uma essência humana que se constitui ao longo do processo histórico. Desse modo, está apresentado o quadro teórico pelo qual analisaremos as duas outras críticas de Marx, a saber, ao dinheiro e à “moral da economia política”.

Crítica ao dinheiro

Segundo Marx, o dinheiro é a forma da propriedade privada mais independente dos desígnios dos homens, “a completa dominação da matéria morta sobre o homem”³⁶. Isso porque é um objeto completamente abstrato, sem nenhuma particularidade, que medeia todas as relações sociais e com a natureza na sociedade marcada pela propriedade privada desenvolvida. Nessa capacidade de equivalência universal, o dinheiro, “enquanto conceito existente do valor”, retira a particularidade das coisas e dos atributos, tornando possível trocá-los uns com outros³⁷.

Dessa forma, o dinheiro permite inverter as qualidades morais dos indivíduos, transformando “a virtude em vício, o vício em virtude, o servo em senhor, o senhor em servo, a estupidez em entendimento, o entendimento em estupidez”³⁸. Na posse do dinheiro, o indivíduo torna-se capaz de transformar seus defeitos em qualidades, de efetivar seus desejos; na mesma lógica, na ausência de dinheiro, o indivíduo tem suas qualidades morais representadas socialmente como defeitos, ao passo que suas necessidades têm sua realização impossibilitada. Quanto a isso, devemos ressaltar que a crítica marxiana não é moralista, visto que o dinheiro é uma representação produzida não pela imaginação dos homens, mas pela própria realidade alienada.

³⁶ MARX, *MEF*, p. 75; *I/2*, p. 320; *40*, p. 507.

³⁷ MARX, *MEF*, p. 160; *I/2*, p. 438; *40*, p. 566.

³⁸ MARX, *MEF*, p. 160; *I/2*, p. 438; *40*, p. 566.

Desse modo, a crítica postula, contra essa situação, para que as capacidades dos homens se desenvolvam sem a separação e inversão de seus atributos, a necessidade da abolição do dinheiro, isto é, a superação da propriedade privada: “Cada uma das tuas relações com o homem e com a natureza – tem de ser uma externalização (*Ausserung*) determinada de tua vida individual efetiva correspondente ao objeto da tua vontade”³⁹.

Crítica à “moral da economia política”

A crítica ao que Marx denomina de “moral da economia política”, a última crítica de que trataremos no presente artigo, parece reunir as críticas precedentes, no sentido de criticar o moralismo da economia política, identificando a origem desse moralismo na própria realidade e, simultaneamente, defender a ideia de que a essência humana envolve a satisfação das necessidades e uma relação multifacetada com a natureza.

De acordo com os *MEF*, o discurso da economia política carrega um ideal moral pressuposto:

Esta ciência da indústria maravilhosa é, simultaneamente, a ciência da ascese e seu verdadeiro ideal é o avarento ascético, mas usurário, e o escravo ascético, mas produtor. [...] Por isso, ela é – apesar de seu aspecto mundano e voluptuoso – uma ciência efetivamente moral, a mais moral de todas as ciências. A autorrenúncia, a renúncia à vida, a todas as carências humanas, é a sua tese principal⁴⁰.

Contraditoriamente, a ciência da produção da riqueza prescreve, para produzir riqueza, a não satisfação das necessidades. A ascese, a poupança, a avareza constituem as virtudes que os indivíduos devem cultivar a fim de enriquecer. Esse discurso ganha sua expressão mais aguda quando concernente aos trabalhadores, uma vez que, possuindo baixos salários, devem renunciar às necessidades mais elementares da vida humana para poupar dinheiro. O enriquecimento objetivo causa, nos indivíduos, seu empobrecimento subjetivo, como ressalta o autor: “Ao trabalhador só é permitido ter tanto para que queira viver, e só é permitido querer viver para ter”⁴¹. A relação de posse se estabelece como a única forma pela qual os homens se relacionam com a natureza, negando lugar a todos os outros modos de relação com ela. Assim, todas as coisas e relações humanas são tornadas úteis sob o regime da propriedade privada, inclusive o próprio corpo do indivíduo.

Como no caso do “cinismo”, a “moral da economia política” encontra sua origem na própria realidade. O regime da propriedade privada é responsável por promover um comportamento moral ascético, tendo em vista a centralidade do dinheiro na satisfação das carências humanas. Assim, não é possível condenar o economista, dado que sua imoralidade expressa a imoralidade da própria realidade: “Chevalier acusa Ricardo de fazer abstração da moral. Mas Ricardo deixa a economia política falar sua própria linguagem. Se esta não fala

³⁹ MARX, *MEF*, p. 161; *I/2*, p. 438; *40*, p. 567.

⁴⁰ MARX, *MEF*, p. 141; *I/2*, p. 421; *40*, p. 549.

⁴¹ MARX, *MEF*, p. 142; *I/2*, p. 421; *40*, p. 550.

moralmente, a culpa não é de Ricardo”⁴². A recusa, inscrita na economia política, de um discurso valorativo acaba por resultar, como vimos, no seu oposto, um discurso imoral implícito. De qualquer forma, a mera descrição da realidade é inerente à ciência político-econômica, e, sendo assim, somente a partir de uma perspectiva que desenvolvesse explicitamente um discurso ético vinculado aos impactos subjetivos da atividade econômica no homem se tornaria possível criticar ao mesmo tempo a economia política e a realidade.

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, L. *Por Marx*. Trad. Maria Leonor F. R. Loureiro. Campinas: Editora Unicamp, 2015.
- ADORNO, T. W. *Três estudos sobre Hegel*. Trad. Ulisses Vaccari. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- ASH, W. *Marxism and Moral Concepts*. Nova Iorque: MR Press, 1964.
- AVINERI, S. *The social and political thought of Karl Marx*. London: Cambridge University Press, 1968.
- EAGLETON, T. *Marx and freedom*. Londres: Phoenix, 1997.
- FAUSTO, R. *Marx: lógica e política - investigações para uma reconstituição do sentido da dialética*. Vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- FAUSTO, R. “Sobre o jovem Marx”. In: *Revista Discurso*, nº 13, 1980. São Paulo: Editora Pólis, 1983.
- FEUERBACH, L. *A essência do cristianismo*. Trad. José da Silva Brandão. Campinas: Papyrus, 1988.
- FREDERICO, C. *O jovem Marx: 1843-1844 as origens da ontologia do ser social*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- GIANNOTTI, J. A. *Origens da dialética do trabalho*. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1966.
- KONDER, L. *A questão da ideologia*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2003.
- KONDER, L. *Em torno de Marx*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- LARRAIN, J. *Marxism and ideology*. Londres: McMillan Press, 1983.
- LEOPOLD, D. *The young Karl Marx*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

⁴² MARX, MEF, p. 143; I/2, pp. 422-423; 40, p. 551, trad. modificada.

- LÖWY, M. *A teoria da revolução no jovem Marx*. Trad. Anderson Gonçalves. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUKÁCS, G. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Org. e trad. Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- MANDEL, E. *A formação do pensamento econômico de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- MARX, K. *Marx-Engels-Gesamtausgabe*. Band I/2: Werke, Artikel, Entwürfe. März 1843 bis August 1844. Berlin: Dietz Verlag, 1982.
- MARX, K. *Marx-Engels-Werke*. Band 40: Schriften, Manuskripte, Briefe bis 1844. Berlin: Dietz Verlag, 1990.
- MARX, K. *Manuscrisos econômico-filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, K. *Marx-Engels-Gesamtausgabe*. Band IV/2: Aus den Exzerptheften. Paris, Anfang 1844 – Anfang 1845. Berlin: Dietz Verlag, 1981.
- MÉSZÁROS, I. *A teoria da alienação em Marx*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- MUSTO, M. “Os Manuscritos econômico-filosóficos de 1844 de Karl Marx: dificuldades para publicação e interpretações críticas”. In: *Caderno CRH*, Salvador, v. 32, nº 86, pp. 399-418, maio/agosto 2019.
- OISHI, T. *Unknown Marx: reconstructing a unified perspective*. Londres: Pluto Press, 2001.
- QU, H. “Marxism and Morality: Reflections on the History of Interpreting Marx in Moral Philosophy”. In: *Frontiers of Philosophy in China*, Vol. 6, No. 2 (June 2011), pp. 239-257.
- REICHELT, H. *Sobre a estrutura lógica do conceito de capital em Karl Marx*. Trad. Nélio Schneider. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- SCHUMPETER, J. *History of economic analysis*. Londres: Routledge, 1986.
- SERRANO, B. K. “O dinheiro do espírito: idealismo e crítica da economia política no jovem Marx”. In: *Cadernos de filosofia alemã*, v. 23; n. 1, pp.79-94, 2018.
- SMITH, A. *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- VÁSQUEZ, A. S. *Ética*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1990.